

2017

Darcy Francisco Carvalho dos Santos

**ESTARÁ O GOVERNO DO ESTADO VENDENDO O
CAOS PARA TIRAR PROVEITO DISSO?**

Estará o governo do Estado vendendo caos para tirar proveito disso?

(Texto sujeito à revisão técnica e ortográfica)

Sumário

INTRODUÇÃO	2
1. Resultado orçamentário de 2016	2
2. Déficit previsto para 2017.....	3
3. Despesas represadas	3
4. Projeção para o período 2017-2020.....	4
4.1. Cenário 1 – Com grande ajuste fiscal	4
4.2. Cenário 2: Ajuste fiscal mais leve.....	7
5. Uma reflexão sobre as causas da crise	9
5.1. O principal desajuste está na despesa de pessoal.....	11
6. Síntese final	12
Conclusão	14

INTRODUÇÃO

Este texto faz uma análise do déficit apurado em 2016 e uma projeção até 2020, com base em alguns parâmetros e considerando o ajuste fiscal que está sendo feito, a renegociação da dívida já feita em 2016 e a que está em tratativas com o Governo federal.

Destacamos que as projeções feitas estão com base em valores aproximados, apurados mediante índices, porque não dispomos de todos os dados, senão os publicados nos balanços e na Internet.

A receita corrente líquida (RCL) adotada é a gerencial, ou seja, a receita corrente deduzida das transferências legais e constitucionais aos municípios e das “perdas” do Fundeb.

1. Resultado orçamentário de 2016

A proposta orçamentária para 2016 previa um déficit de R\$ 4,621 bilhões, que acabou ficando em apenas R\$ 143,1 milhões.

Na realidade, o ajuste fiscal e um conjunto de receitas eventuais propiciaram essa enorme redução. Houve um desconto de R\$ 2,3 bilhões no serviço da dívida, um ingresso de R\$ 1,28 bilhões na cessão das contas dos servidores ao Bannrisul, R\$ 217 milhões do empréstimo da Ford e R\$ 130 milhões em transferências federais extras. Tudo isso totalizou R\$ 3,927 bilhões. Somando-se isso ao déficit de R\$ 143 milhões, chega-se a R\$ 4.070 bilhões que, comparado com a previsão inicial, resta uma diferença de R\$ 530 milhões, que decorreu de ajuste.

No resultado orçamentário citado está considerada a despesa com o 13º salário dos servidores do Poder Executivo, que foi empenhada e parcelada em doze meses, ficando onze parcelas para serem pagas em 2017, valor próximo a R\$ 1 bilhão.

Nem sempre o que parece ser é. Por isso, antes de qualquer juízo de valor sobre um fato, é necessário se entender as razões que levaram a ele.

Não tenho porque defender o governo, mas suas afirmações estão em consonância com o que ocorreu.

As receitas extras não se repetirão, nem a oriunda do Banrisul, cuja cessão das contas que lhe deram origem vale por dez anos, e nem as outras receitas referidas.

O que se repetirá e, ainda, será aumentado, é o valor do desconto da dívida intralimite com a União, que terá um desconto de 100% até 2019, se concretizadas as tratativas, que impõem um ajuste fiscal, que o governo do Estado já vem fazendo, pelo menos, em grande parte.

2. Déficit orçamentário previsto para 2017

Para 2017 está previsto um déficit orçamentário de R\$ 3 bilhões. Como em torno de R\$ 1,4 bilhão decorre do serviço da dívida intralimite que já consta do orçamento, a previsão baixa para um déficit de R\$ 1,6 bilhão. Este déficit poderá ser reduzido com o ajuste que está sendo feito e, se receitas extras, cada vez mais escassas, ingressarem.

3. Despesas represadas

Na Administração Direta, somente os Outros Poderes e a Segurança Pública estão recebendo reajustes salariais. Os demais servidores, entre eles o magistério, correspondendo a 50% da folha, não receberam reajuste em 2015 e 2016, o que corresponde a uma defasagem de 17,6% (IPCA acumulado), em torno de R\$ 2 bilhões.

Na realidade, a situação deficitária do Estado era tal, que essa contenção era uma necessidade, até porque os servidores tinham

uma boa “gordura” decorrente dos reajustes de 2014. Aliás, deveria ser estendida a todos. Na realidade, existem certas categorias que têm uma boa margem para enfrentar uma situação dessas e há outras, como a dos professores, que estão no limite.

4. Projeção para o período 2017-2020

Ninguém tem bola de cristal. O que se faz são projeções, com base numa posição inicial da receita e da despesa, da relação que há entre elas, em muitos casos, e dos parâmetros considerados.

Para isso, construímos **dois cenários**, ambos considerando o acordo da dívida, sob as seguintes condições:

- a) O acordo já ocorrido em 2016: IPCA, 4% de juros e dilatação de prazo por mais 20 anos, até 2048.
- b) Nova renegociação em 2017, concedendo 100% de desconto do serviço da dívida, até 2019.
- c) Não foi considerada a renegociação da dívida extralimite.

Também para ambos os cenários foram mantidas as alíquotas do ICMS que foram majoradas em 2015, que necessitam de nova aprovação legislativa, ainda em 2018 e, de preferência, antes de 30 de setembro, para poderem vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019.

4.1. Cenário 1 – Com grande ajuste fiscal

Neste cenário, consideramos que haverá grande ajuste fiscal, com a continuidade dos ajustes promovidos pelo governo estadual, como o

que pode advir da aprovação da reforma da previdência, de forma que o crescimento vegetativo da folha de pagamento fique em 1,5%. Com a reforma da previdência (incluindo os policiais civis e militares), a reposição de servidores seria reduzida.

No tocante aos servidores ativos, a eliminação dos adicionais de 15% e 25% é uma medida importante, mas de pouca repercussão financeira, porque, além de alcançar somente 20%, da folha (magistério não tem, Segurança e Poderes tem subsídio), seria só para os novos servidores. Em compensação, na Segurança foram implantados no governo passado os subsídios, provocando alta dispersão na carreira de muitas categorias. Por isso, fica difícil manter o crescimento vegetativo em menos de 1,5% ao ano, a menos que não se conceda o reajuste para a manutenção do poder aquisitivo, mediante a concessão do índice de inflação.

Todas as variáveis consideradas estão na tabela analítica 1 e na tabela 4.1.1, que trata dos parâmetros.

A despesa com pessoal, entendida como tal os ativos, inativos e pensionistas, foi projetada com o IPCA mais 1,5% do crescimento vegetativo, sendo que na Segurança foram considerados os reajustes já concedidos, até 2018 e a inflação em 2019 e 2020. Deve ser destacado que não estão sendo considerados os reajustes represados, especialmente para o magistério.

Foi considerado para os investimentos um valor mínimo, de 3% da RCL (0,28% do PIB-RS) para que o Estado possa construir alguma estrada e presídios, por exemplo, com também, para alguma contrapartida. Deve ser destacado que o limite de endividamento da LRF, que é de 200% da RCL, estava em 212,95% em dezembro/2016.

Tabela 4.1.1. Parâmetros do cenário 1						
Descrição		2016	2017	2018	2019	2020
RLIT		29.176	30.792	33.147	35.856	38.787
RCL-LRF		34.655	36.575	39.372	42.590	46.071
RCL (gerencial)		36.250	39.609	42.638	46.123	49.893
Reajustes segurança			16%	11%	4,5%	4,5%
Crescimento vegetativo da folha (CV)	Vant.func. (***)		1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Investimentos	RCL - %		3%	3%	3%	3%
Cresc.rel das ODC	RCL - %		1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Inflação - IPCA (*)			4,7%	4,5%	4,5%	4,5%
Crescimento do PIB (**)			0,3%	2,5%	3,0%	3,0%
Produtividade da receita			0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
(*) Boletim Focus do Bacen para 2017/2018, em 02/02/2017. Repetida para os demais anos.						
(**) Bradesco - Projeções de Longo Prazo em 24/01/2017. Link abaixo:						
http://www.economiaemdia.com.br/vgn-ext-templating/v/index.jsp?vgnextoid=065098037f782310VgnVCM100000882810acRCRD						
(***) Considera a não reposição física de servidores.						

Com base nesses critérios e parâmetros, **os déficits acumulados serão de R\$ 1,5 bilhão entre 2017 e 2018 e de R\$ 4,3 bilhões, até 2020**, conforme da tabela 4.1.2. Deve ser considerado que isso é um cálculo orçamentário. Financeiramente, falta pagar em 2017, conforme já referido, o **13º salário** do Poder Executivo de 2016.

Os restos a pagar do exercício de 2016, conforme Relatório de Gestão Fiscal – Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, alcançam **R\$ 2,65 bilhões**, sendo:

Restos a pagar liquidados e não pagos: R\$ 2 bilhões

Restos a pagar empenhados e não liquidados: 651 milhões.

O valor acumulado de anos anteriores dos restos a pagar atinge a R\$ 6,4 bilhões.

Tabela 4.1.2. Indicadores financeiros resultantes						
Especificação		2016	2017	2018	2019	2020
Pessoal e encargos sociais/RCL (*)						
Precatórios	% RCL	2,5%	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%
Segurança (ativos, inat./pensionistas)	% RCL	19,8%	21,3%	22,3%	21,9%	21,5%
Educação (ativos, inat./pensionistas)	% RCL	22,4%	21,8%	21,4%	21,0%	20,6%
Demais (ativos, inat./pensionistas)	% RCL	21,7%	21,1%	20,8%	20,4%	20,0%
Total	% RCL	66,4%	67,0%	67,4%	66,1%	64,9%
Resultado orçamentário	Milhões	-143	-749	-774	-9	-2.783
Acumulado			-749	-1.523	-1.532	-4.315
PIB-RS	392.149	405.110	426.641	459.172	496.595	537.068
Investimentos/PIB-RS		0,27%	0,28%	0,28%	0,28%	0,28%
(*) RCL gerencial.						
Fonte: Tabela analítica 1 (Cenário 1)						

É importante destacar que, mesmo com este ajuste, a folha de pagamento estará em 67,4% da RCL em 2018, declinando para 65% em 2020. Se tomarmos os critérios do Tribunal de Contas, mas esse critério não exprime a realidade financeira.

4.2. Cenário 2: Ajuste fiscal mais leve

Este cenário foi construído considerando um ajuste fiscal mais leve, com 2,5% de crescimento vegetativo e com 1,5% para a variação das "Outras Despesas Correntes - ODC", mantidos os demais parâmetros. Bastou esse pequeno acréscimo em pessoal e nas ODC para a situação ficar muito mais complicada.

Destacamos que em qualquer dos casos, há ajuste fiscal, só que um mais rigoroso e outro mais leve.

Tabela 4.2.1. Parâmetros do cenário 2						
Descrição		2016	2017	2018	2019	2020
RLIT		29.176	30.792	33.147	35.856	38.787
RCL-LRF		34.655	36.575	39.372	42.590	46.071
RCL (gerencial)		36.250	39.609	42.638	46.123	49.893
Reajustes segurança			16%	11%	4,5%	4,5%
Crescimento vegetativo da folha (CV)	Vant.func. (***)		2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Investimentos	RCL - %		3%	3%	3%	3%
Cresc.rel das ODC	RCL - %		1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Inflação - IPCA (*)			4,7%	4,5%	4,5%	4,5%
Crescimento do PIB (**)			0,3%	2,5%	3,0%	3,0%
Produtividade da receita			0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
(*) Boletim Focus do Bacen para 2017/2018, em 02/02/2017. Repetida para os demais anos.						
(**) Bradesco - Pejeções de Longo Prazo em 24/01/2017. Link abaixo:						
http://www.economiaemdia.com.br/vgn-ext-templating/v/index.jsp?vgnextoid=065098037f782310VgnVCM100000882810acRCRD						
(***) Considera a não reposição física de servidores.						

Os resultados apurados estão na tabela 4.2.2 e apresentam um **déficit acumulado** até 2018 de R\$ **2,467 bilhões** e até 2020 de R\$ **7,755 bilhões**, sendo R\$ 4,248 bilhões só nesse ano.

Também aqui não estamos considerando o saldo de restos a pagar de exercícios anteriores.

Tabela 4.2.2. Indicadores financeiros resultantes						
Especificação		2016	2017	2018	2019	2020
Pessoal e encargos sociais/RCL (*)						
Precatórios	% RCL	2,5%	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%
Segurança (ativos, inat./pensionistas)	% RCL	19,8%	21,6%	22,8%	22,6%	22,3%
Educação (ativos, inat./pensionistas)	% RCL	22,4%	22,0%	21,9%	21,6%	21,4%
Demais (ativos, inat./pensionistas)	% RCL	21,7%	21,3%	21,2%	21,0%	20,8%
Total	% RCL	66,4%	67,6%	68,7%	68,0%	67,4%
Resultado orçamentário	Milhões	-143	-1.047	-1.420	-1.041	-4.248
Acumulado			-1.047	-2.467	-3.507	-7.755
PIB-RS	392.149	405.110	426.641	459.172	496.595	537.068
Investimentos/PIB-RS		0,27%	0,28%	0,28%	0,28%	0,28%
(*) RCL gerencial.						
Fonte: Tabela analítica 2 (Cenário 2)						

É importante destacar que a folha de pagamento estará em 68,7% da RCL em 2018, declinando para 67,4% em 2020. Se tomarmos os critérios do Tribunal de Contas, o percentual é menor, mas esse critério não exprime a realidade financeira.

5. Uma reflexão sobre as causas da crise

Para muitos a causa da crise está no pacto federativo, porque a União fica com 56% da receita disponível nacional e os Estados com apenas 25% e perderam muita participação ao longo do tempo. Concordamos com essa assertiva, mas não a entendemos como exclusiva, nem como a principal. Também porque da União, com um déficit primário de R\$ 160 bilhões e nominal de R\$ 480 bilhões (7,6% do PIB), quase nada pode se esperar.

Outra causa apontada são as **desonerações fiscais**, que são responsáveis pela menor arrecadação de ICMS. Para isso precisa fazer uma análise mais detalhada.

Entre 1995 e 2013, durante 18 anos, o crescimento médio do ICMS nacional foi de 4,9% e a do Estado do RS, 4,3%, que ficou na **24ª posição** entre as 27 unidades da federação.

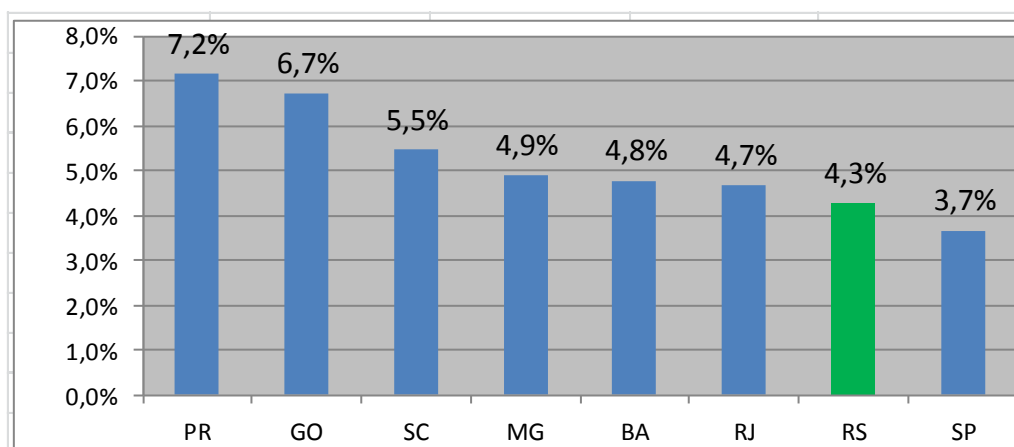


Gráfico 5.1. Taxas médias de crescimento do ICMS entre 1995 e 2013

De oito estados que representam 3/4 da arrecadação nacional

Fonte: Dados brutos: STN - Execução Orçamentária dos Estados.

E quando se tomam apenas os oito principais estados que arrecadam $\frac{3}{4}$ do ICMS nacional, o Estado do RS fica em penúltimo lugar, conforme gráfico 5.1.

No entanto, há um detalhe que precisa ser observado, que é a comparação entre a taxa de crescimento do PIB nacional e o estadual e também a do ICMS para ambos os casos.

Para isso tomamos o período 1995-2013. O ano de 1995, porque foi o primeiro após o Plano Real, que pôs fim a espiral inflacionária, cujas taxas médias anuais distorciam um pouco as informações. O último ano escolhido decorreu da indisponibilidade de dados nacionais para os anos seguintes, que precisariam ser levantados estado por estado.

Com base nesse período construímos a tabela 5.1, a seguir.

Tabela 5.1 . Comparativo entre as taxas de crescimento do PIB-BR e o do Estado do RS e a do ICMS-BR e a do RS, 1995-2013			
ITENS	BRASIL	RS	BRASIL/RS
ICMS	4,9%	4,3%	1,1
PIB	3,1%	2,1%	1,5
Fonte: Dados brutos: STN - Execução Orçamentária dos Estados. IBGE (PIB-BR) e FEE-RS (PIB-RS)			

Por ela, observamos que o ICMS gaúcho cresceu apenas 4,3% ao ano, enquanto a média nacional foi de 4,9%. Crescemos, portanto, num ritmo 12% inferior ao nacional.

Por outro lado, quando observamos o PIB, vemos que o do RS cresceu a uma taxa de 2,1%, enquanto o nacional cresceu 3,1%. Nosso crescimento foi de apenas 2/3 do nacional.

No entanto, quando dividimos o crescimento do ICMS pelo do PIB em ambas a situação, verificamos que a relação do Brasil é de 1,1 e a do RS, 1,5. Diante disso, fica difícil dizer que a causa da crise estadual está nas desonerações, porque temos um desempenho arrecadatório muito acima da média, a menos que as desonerações sejam maiores nos demais estados. A causa está no menor crescimento do PIB, conforme vimos. Trata-se de um problema localizado na nossa economia e não nas regras de tributação, SMJ.

Por fim, deve ser destacado que o ICMS é um tributo que tende a ter cada vez menor desempenho arrecadatório, porque está havendo um crescimento sistemático de participação dos serviços no PIB em substituição às mercadorias. Mas, ainda no momento essa não é a causa da queda relativa da arrecadação do tributo.

5.1. O principal desajuste está na despesa de pessoal

O gráfico 5.2 mostra que o Estado vinha se ajustando desde 2003, quando sua principal despesa, com pessoal, passou de 73,7% em 2002, para cair sistematicamente até 2010, quando alcançou 61%. A partir de então, passou a crescer novamente, em virtude de dois motivos: reajustes excessivos _muitos estendidos até 2018 _ e crescimento dos gastos previdenciários, que também foram acelerados por esses reajustes, devido à paridade dos vencimentos entre ativos e inativos e pensionistas. Em 2015 não houve praticamente reajustes salariais, mas ocorreu o reflexo dos reajustes concedidos a partir de novembro de 2014.

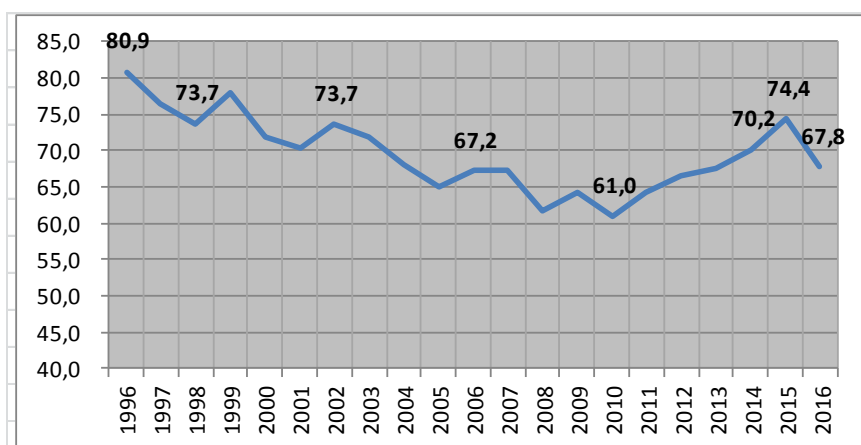


Gráfico 5.2. Despesa com pessoal em % da RCL (gerencial)

Fonte: Dados brutos dos balanços do Estado do RS.

Se tomarmos o ano de 2010 como base, até 2014, o crescimento da RCL foi de 46% e a despesa com pessoal, 79%, ambos nominalmente.

Quando se retira a inflação, então, é que ficam marcantes essas variações: 9% para o ICMS, 6% para a RCL e 29% para pessoal.

6. Síntese final

O fato de o Estado ter apresentado uma proposta orçamentária para 2016 que apresentava um resultado negativo de R\$ 4,621 bilhões e ter encerrado o balanço com apenas R\$ 143,1 milhões de déficit causou surpresa para muita gente, inclusive para políticos e sindicalistas, para quem o governo está vendendo o caos para tirar proveito da situação, como atrasar salários dos servidores.

Tudo isso está muito bem ilustrado no jornal Zero Hora de 06/02/2017, que traz uma matéria completa e muito bem elaborada sobre o assunto, incluindo uma entrevista com o Senhor Secretário da Fazenda, que esclarece muito bem o que ocorreu, repetindo em artigo muito elucidativo no dia seguinte.

Na realidade, um forte ajuste fiscal e um conjunto de receitas eventuais propiciaram essa enorme redução. Houve um desconto de R\$ 2,3 bilhões no serviço da dívida, um ingresso de R\$ 1,28 bilhões na cessão das contas dos servidores ao Banrisul, R\$ 217 milhões do empréstimo da Ford e R\$ 130 milhões em transferências federais extras (Fonte: Secretaria do Planejamento-RS). Tudo isso totalizou R\$ 3,927 bilhões. Somando-se isso ao déficit de R\$ 143 bilhões, chega-se a R\$ 4.070 bilhões que, comparado com a previsão inicial, resta uma diferença de R\$ 530 milhões, que decorreu do ajuste.

No resultado orçamentário de R\$ 143 milhões está considerada a despesa com o 13º salário do Poder Executivo, que foi empenhada e parcelada em doze meses, ficando onze parcelas a serem pagas em 2017, num valor aproximado de R\$ 1 bilhão. Além disso, há outros valores altos de restos a pagar.

Nem sempre o que parece ser é. Por isso, antes de qualquer juízo de valor sobre um fato é necessário entender as razões que levaram a ele.

Não temos por que defender o governo, mas suas afirmações estão em consonância com o que ocorreu.

Essas receitas extras não se repetirão, nem a oriunda do Bannisul, cuja cessão das contas que lhe deram origem vale por dez anos, e nem as outras receitas referidas.

A única que se repetirá e, ainda, com valor maior será o desconto da dívida com a União, que terá um desconto de 100% até 2019, se concretizadas as tratativas que impõem um ajuste fiscal, que o governo do Estado já vem fazendo, pelo menos, em grande parte.

Com isso, o déficit previsto para 2017 de R\$ 3 bilhões, segundo da proposta orçamentária, deverá ficar em torno de R\$ 1,6 bilhão, se receitas extras, cada vez mais escassas, não ingressarem.

Deve ser destacado que há muita despesa reprimida, como reajustes salariais, especialmente do magistério, que está com os salários muito baixos.

A situação está bem encaminhada. O serviço da dívida, embora tenha ficado 15% menor com o acordo de 2016, a partir de 2020, quando cessar o desconto de 100% ficará alto, diante da situação financeira do Estado, mas com uma diferença significativa: não é mais uma despesa vinculada e, por isso, reduz-se a cada ano, com o crescimento da receita e pelo efeito da Tabela Price, que aumenta a cada pagamento a parcela destinada a amortização. Além disso, acabou a formação de resíduos.

Mas mesmo a economia voltando a crescer, com os ajustes que estão sendo feitos e com a reforma da previdência, **considerando como possíveis os parâmetros adotados**, no biênio 2017-2018 o Estado acumulará um déficit de R\$ 1,5 bilhão e em 2020 R\$ 4,3 bilhões. Nas mesmas condições, mas sem uma reforma na

previdência, com um ajuste um pouco mais leve, o déficit acumulado 2017-2018 será de 2,5 bilhões e de R\$ 7,8 bilhões, quando se estende até 2020. Tudo isso, com um nível de investimentos de 3% da RCL, o equivalente a 0,28% do PIB.

Por tudo isso, a situação financeira do Estado é ainda muito grave, por três motivos: alta despesa com a previdência, reajustes concedidos anteriormente em dissonância com a capacidade financeira do Estado e crise econômica, fatores esses que deixam a folha de pagamento em patamares próximos a 70% da RCL, o que impede o equilíbrio orçamentário. E o mais grave é que, apesar disso, há categorias que estão com os vencimentos muito baixos.

Além disso, há um alto valor de restos a pagar que torna os compromissos financeiros bem maiores que o orçamentário.

Conclusão

Conforme referido no texto, os dados dos dois cenários construídos dependem do comportamento dos parâmetros selecionados que, acreditamos, não variarão muito, diante das atuais circunstâncias.

Mas muitas das medidas do pacote do governo estadual não foram nem votadas e poderão trazer acréscimos de receita ou reduções de despesa, tais como: redução dos créditos presumidos, mudança na licença prêmio, fim dos adicionais por tempo de serviço (embora atinja em torno 20% dos servidores novos), entre outras, além da volta da alteração do critério da distribuição dos duodécimos aos Poderes.

As medidas já aprovadas, mais as citadas e outras que poderão ser propostas deverão contribuir para a mudança dos resultados apontados nos cenários, ambos com déficits significativos, embora muito menores que os atuais.

A economia poderá voltar a crescer em níveis superiores aos considerados. Contrariamente, o governo poderá ceder no

atendimento das reivindicações de algumas categorias de servidores que estão com os vencimentos muito desfasados. Tudo está muito indefinido.

Algumas coisas, no entanto, são certas: os reajustes das alíquotas do ICMS terão que ser mantidos e o governo atual terá que conseguir receitas extras para enfrentar os déficits até seu final e, principalmente, o governo seguinte, a partir de 2020, quando recomeça o pagamento integral das prestações da dívida que, diga-se de passagem, estarão 15% menores e com comportamento decrescente, mas, ainda, altas.

A crise do Estado, que foi agravada por motivos conjunturais, como reajustes salariais incompatíveis com a capacidade de pagamento e a recessão econômica, é principalmente estrutural, em que um dos eixos, a dívida, já está solucionado para o longo prazo, embora tenha uma travessia difícil no médio prazo.

O outro eixo, a reforma da previdência, depende do Congresso Nacional e precisa incluir policiais civis e militares. O terceiro eixo depende do próprio governo estadual, englobando muitas medidas, várias delas impopulares.

Por tudo isso, não será com uma melhor arrecadação num mês, num ano e, talvez, nem num período governamental, que vamos resolver essa crise.

Para entendê-la, as pessoas precisam se despojar de interesses corporativos ou de motivações ideológicas.

Caso contrário, ficarão no ridículo do “achômetro”, pronunciando palavras ocas, palpites, que logo em seguida perdem o sentido, diante da evolução inexorável dos fatos.

Porto Alegre, 8 de fevereiro de 2017.

Tabela analítica 1											
Projeção financeira para o período 2017-2020 - Cenário 1: (investimentos 3% da RCL, 1% cresc.real das ODC e 1,5% CV da folha)											
Valores em R\$ milhões correntes.											
							Variações anuais				
Descrição	Referência	2016	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020	Observações
1. Receita corrente sem Fundeb	RREO 2017	46.450	49.023	52.772	57.085	61.751	5,5%	7,6%	8,2%	8,2%	IPCA + Var.PIB + Prod.receita.
1.1. Venda carteira Banrisul	Por 10 anos	1.280	-	-	-	-	-	-	-	-	
2. Receita corrente permanente	1 - 1.1	45.170	49.023	52.772	57.085	61.751	8,5%	7,6%	8,2%	8,2%	Infação+PIB+produtividade 0,5%
3. TCL Municípios	RREO 2017	8.920	9.414	10.134	10.962	11.858	5,5%	7,6%	8,2%	8,2%	IPCA + Var.PIB + Prod.receita.
4. RCL gerencial	2 - 3	36.250	39.609	42.638	46.123	49.893	9,3%	7,6%	8,2%	8,2%	
5. Principais vinculações		4.457	4.792	5.159	5.580	6.037	7,5%	7,6%	8,2%	8,2%	
5.1. Saúde	12% RLIT	3.559	3.695	3.978	4.303	4.654	3,8%	7,6%	8,2%	8,2%	Percentual constitucional
5.2. Precatórios e RPVs	3% RCL-LRF	898	1.097	1.181	1.278	1.382	22,2%	7,6%	8,2%	8,2%	Percentual legal
6. Recursos livres de vinculação	4 - 5	31.793	34.817	37.479	40.543	43.856	9,5%	7,6%	8,2%	8,2%	
7. Receitas de capital	RREO 2017	561	-	-	-	-					Soma zero com investimentos
8. Recursos totais	1.1 + 4 + 7	33.634	34.817	37.479	40.543	43.856	3,5%	7,6%	8,2%	8,2%	
9. Despesas fixas (*)											
9.1. Pessoal e encargos sociais	Sem 5.2	24.434	26.790	28.973	30.731	32.596	9,6%	8,1%	6,1%	6,1%	
9.1.1. Segurança (ativos, inat./pens.)	0,31	7.182	8.456	9.527	10.105	10.718	17,7%	12,7%	6,1%	6,1%	Reajustes concedidos + CV 1.5%
9.1.2. Educação (ativos, inat./pens.)	0,35	8.108	8.617	9.140	9.694	10.282	6,3%	6,1%	6,1%	6,1%	Inflação + CV 1,5%
9.1.3. Outros Poderes	0,21	4.865	5.170	5.484	5.817	6.169					
9.1.4. Demais direta	0,13	3.012	3.201	3.395	3.601	3.819	6,3%	6,1%	6,1%	6,1%	Inflação + CV 1,5%
9.1.4. Autarquias e fundações	Estimativa	1.267	1.346	1.428	1.515	1.607	6,27%	6,07%	6,07%	6,07%	
9.2. ODC (-Municípios, saúde, etc.)	RREO 2017	6.502	6.876	7.257	7.659	8.084	5,7%	5,5%	5,5%	5,5%	Somente a inflação.
9.3 Serviços da dívida	RREO 2017	1.744	712	744	777	4.462	-59,2%	4,5%	4,5%	474,0%	
9.3.1. Intralimite	Estimativa	1.064	-	-	-	3.650	-	-	-	-	Acordo em tratativa
9.3.2- Extralimite	Estimativa	680	712	744	777	812	4,7%	4,5%	4,5%	4,5%	2016 + IPCA. Deve ser renegociada.
9.4. Investimentos	RREO 2017	1.097	1.188	1.279	1.384	1.497	8,3%	7,6%	8,2%	8,2%	Valor de 2016 c/recursos próprios
Total despesas fixas	9.1+9.2+9.3+9.4	33.777	35.566	38.253	40.552	46.639	5,3%	7,6%	6,0%	15,0%	Não decorrentes de vinculação
Resultado orçamentário		-143	-749	-774	-9	-2.783					
Acumulado			-749	-1.523	-1.532	-4.315					
(*) Não dependentes de vinculação da receita.											
OBSERVAÇÃO: Não considera restos a pagar de exercícios anteriores. Nem o pagamento do 13º salário do Executivo de 2016 a ser pago em 2017: R\$ 1 bilhão.											
** A Constituição estadual determina 35% da RLIT e está em 29,28%, em que bem mais da metade é gasto com previdência.											
O resultado orçamentário de 2016 é atípico. Razões: desconto dívida R\$ 2,3 bilhões; cessão contas Banrisul, R\$ 1,28 bilhão; ingresso adicional federal mais os recursos da Ford.											

Tabela analítica 2											
Projeção financeira para o período 2017-2020 - Cenário 2: (investimentos 3% da RCL, 1,5% cresc.real das ODC e 2,5% CV da folha)											
Valores em R\$ milhões correntes.											
							Variações anuais				
Descrição	Referência	2016	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020	Observações
1. Receita corrente sem Fundeb	RREO 2017	46.450	49.023	52.772	57.085	61.751	5,5%	7,6%	8,2%	8,2%	IPCA + Var.PIB + Prod.receita.
1.1. Venda carteira Banrisul	Por 10 anos	1.280	-	-	-	-	-	-	-	-	
2. Receita corrente permanente	1 - 1.1	45.170	49.023	52.772	57.085	61.751	8,5%	7,6%	8,2%	8,2%	Infação+PIB+produtividade 0,5%
3. TCL Municípios	RREO 2017	8.920	9.414	10.134	10.962	11.858	5,5%	7,6%	8,2%	8,2%	IPCA + Var.PIB + Prod.receita.
4. RCL gerencial	2 - 3	36.250	39.609	42.638	46.123	49.893	9,3%	7,6%	8,2%	8,2%	
5. Principais vinculações		4.457	4.792	5.159	5.580	6.037	7,5%	7,6%	8,2%	8,2%	
5.1. Saúde	12% RLIT	3.559	3.695	3.978	4.303	4.654	3,8%	7,6%	8,2%	8,2%	Percentual constitucional
5.2. Precatórios e RPVs	3% RCL-LRF	898	1.097	1.181	1.278	1.382	22,2%	7,6%	8,2%	8,2%	Percentual legal
6. Recursos livres de vinculação	4 - 5	31.793	34.817	37.479	40.543	43.856	9,5%	7,6%	8,2%	8,2%	
7. Receitas de capital	RREO 2017	561	-	-	-	-					Soma zero com investimentos
8. Recursos totais	1.1 + 4 + 7	33.634	34.817	37.479	40.543	43.856	3,5%	7,6%	8,2%	8,2%	
9. Despesas fixas (*)											
9.1. Pessoal e encargos sociais	Sem 5.2	24.434	27.054	29.547	31.648	33.899	10,7%	9,2%	7,1%	7,1%	
9.1.1. Segurança (ativos, inat./pens.)	0,31	7.182	8.539	9.715	10.406	11.147	18,9%	13,8%	7,1%	7,1%	Reajustes concedidos + CV 1.5%
9.1.2. Educação (ativos, inat./pens.)	0,35	8.108	8.702	9.321	9.984	10.694	7,3%	7,1%	7,1%	7,1%	Inflação + CV 1,5%
9.1.3. Outros Poderes	0,21	4.865	5.221	5.592	5.990	6.416	7,3%	7,1%	7,1%	7,1%	Inflação + CV 1,5%
9.1.4. Demais direta	0,13	3.012	3.232	3.462	3.708	3.972	7,3%	7,1%	7,1%	7,1%	
9.1.4. Autarquias e fundações	Estimativa	1.267	1.360	1.456	1.560	1.671	7,3%	7,1%	7,1%	7,1%	
9.2. ODC (-Municípios, saúde, etc.)	RREO 2017	6.502	6.910	7.329	7.774	8.245	6,3%	6,1%	6,1%	6,1%	Somente a inflação.
9.3 Serviços da dívida	RREO 2017	1.744	712	744	777	4.462	-59,2%	4,5%	4,5%	474,0%	
9.3.1. Intralimite	Estimativa	1.064	-	-	-	3.650	-	-	-	-	Acordo em tratativa
9.3.2- Extralimite	Estimativa	680	712	744	777	812	4,7%	4,5%	4,5%	4,5%	2016 + IPCA. Deve ser renegociada.
9.4. Investimentos	RREO 2017	1.097	1.188	1.279	1.384	1.497	8,3%	7,6%	8,2%	8,2%	Valor de 2016 c/recursos próprios
Total despesas fixas	9.1+9.2+9.3+9.4	33.777	35.864	38.899	41.583	48.104	6,2%	8,5%	6,9%	15,7%	Não decorrentes de vinculação
Resultado orçamentário		-143	-1.047	-1.420	-1.041	-4.248					
Acumulado			-1.047	-2.467	-3.507	-7.755					
(*) Não dependentes de vinculação da receita.											
OBSERVAÇÃO: Não considera restos a pagar de exercícios anteriores. Nem o pagamento do 13º salário do Executivo de 2016 a ser pago em 2017: R\$ 1 bilhão.											
** A Constituição estadual determina 35% da RLIT e está em 29,28%, em que bem mais da metade é gasto com previdência.											
O resultado orçamentário de 2016 é atípico. Razões: desconto dívida R\$ 2,3 bilhões; cessão contas Barnisul, R\$ 1,28 bilhão; ingresso adicional federal mais os recursos da Ford.											

Tabela final 3			
ICMS - Taxas médias de crescimento do ICMS no período 1995-2013			
ORDEM	ESTADO/DF	TAXA	CLASSIFICAÇÃO
1	AC	10,8%	1
2	AL	6,5%	15
3	AM	3,5%	27
4	AP	9,9%	2
5	BA	4,8%	22
6	CE	5,8%	19
7	DF	6,4%	17
8	ES	4,1%	25
9	GO	6,7%	14
10	MA	8,0%	7
11	MG	4,9%	21
12	MS	7,1%	11
13	MT	6,9%	13
14	PA	7,7%	8
15	PB	7,0%	12
16	PE	6,3%	18
17	PI	7,6%	9
18	PR	7,2%	10
19	RJ	4,7%	23
20	RN	8,2%	5
21	RO	8,1%	6
22	RR	8,7%	4
23	RS	4,3%	24
24	SC	5,5%	20
25	SE	6,4%	16
26	SP	3,7%	26
27	TO	9,2%	3
	BR	4,9%	

Fonte: Dados brutos: STN - Execução Orçamentária dos Estados.

